Acervo ISA

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Crítica **Class.:** 48

Data: 17/11/90 **Pg.:**

CIDADE

Kulina demarcam eles próprios suas terras

Cansados de esperar pelo governo federal, os índios Kulina da área indígena Médio Juruá decidiram iniciar por si mesmos o processo de demarcação das suas terras, comunicando aos moradores não índios dessas áreas que a partir do próximo ano eles deverão se retirar do local. A decisão foi tomada em uma assembléia realizada entre os dias 5 e 11 do mês de setembro, com a participação de 450 líderes daquele povo.

Reunidos na aldeia Medonho, as lideranças indígenas oriundas das regiões do baixo Juruá, Envira, Tarauacá, Alto Envira e Alto Purus, discutiram também a situação dos professores e um novo processo de educação.

Em carta divulgada pelos participantes da assembléia, os Kulina relatam que "faz muitos anos que os Kulina do Médio Juruá vem lutando para que o governo demarque suas terras. Todos os levantamentos e estudos exigidos pela legislação para dar seguimento ao processo administrativo de demarcação já foram concluídos. Em outubro de 1987 esta área foi interditada pela Portaria da Funai PP3540. A partir de então o governo não tomou nenhuma outra providência para legalizá-la, embora seja uma área de conflitos entre índios e ocupantes não-índios".

Durante os cinco dias em que estiveram reunidos os Kulina ouviram relatos feitos pelo representante da Coiab (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), que na oportunidade fez um balanço da caminhada do movimento indígena na região, destacando suas principais bandeiras de luta.

Dorome Kulina, cacique da aldeia Cumaru

Os participantes concluiram que não há interesse por parte do governo federal em demarcar as terras indígenas, principalmente para que os latifundiários não sejam obrigados a sair das terras tradicionais dos índios. Como o governo federal não procura cumprir a Constituição, os Kulina chegaram à conclusão que eles devem fazê-lo, garantindo assim um direito conquistado.

Ensino como métodos próprios

— Outro assunto amplamente discutido na assembléia foi a educação que vem sendo praticada nas aldeias Kulina. Os 30 professores presentes expuseram as dificuldades que enfrentam, sobretudo porque não estão em condições de dar aula e trabalhar para sustentar suas famílias.

Os professores indígenas consideram de fundamental importância que a educação esteja voltada para suas tradições, costumes e sobretudo para sua autonomia enquanto povos que tem uma identidade própria.

Proposta do GTI favorece latifundiários

O documento do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) — criado pelo decreto nº 99.405/90, para redefinir a política indigenista oficial — entregue ao ministro da Justiça merece críticas, a começar pelo relatório das atividades do grupo. Ao contrário do que ali se afirma, não é verdade que o Conselho Indigenista Oficial — entregue ao ministro da Justiça merece críticas, a começar pelo relatório das atividades do grupo. Ao contrário do que ali se afirma, não é verdade que o Conselho Indigenista Missionário — nem o secretariado em Brasília nem o Regional de Mato Grosso — tenha feito sugestões ao grupo. Solicitado a sem manifestar por escrito em um a lauda, sobre cada assunto tratado pelo GTI, o Cimi recusou o convite por considerá-lo pouco sério.

O Cimi considera também que é pouca séria, gravíssima, a proposta do GTI sobre a questão da tutela. O que se esboça no documento entregue ao Ministro Jarbas Passarinho é nada menos que a emancipação compulsória dos povos indígenas, já tentada durante o governo Geisel. Como daquela vez, o que se tema agora é uma manobra para forçar a integração dos povos indígenas.